

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE					
2023-1					
PROFESSOR(ES)					
ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIR 903 – TEMAS DE TEORIA DO PROCESSO					
TEMA					
ACESSO A JUSTIÇA PELA VIA DOS DIREITOS E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS					
SUBTEMA					
ACESSO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA CONTEMPORANEIDADE - DO ACESSO, DO INACESSO, DO EXCESSO, DOS ASSÉDIOS, DA INADEQUAÇÃO, DAS ESTRATÉGIAS, DO MAPEAMENTO E DO DESENHO ADEQUADO					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
4ª FEIRA	17/20:20 h	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
<input type="checkbox"/> Não () Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	
JOSÉ EDUARDO DE RESENDE CHAVES JÚNIOR	PUC MINAS	
CAIO AUGUSTO SOUZA LARA	DOM HÉLDER E SKEMA BUSINESS SCHOOL	
NATHANE DA SILVA FERNANDES	UFJF	
LUCAS JERÔNIMO DA SILVA	FACULDADE DA PAZ	

EMENTA

Pela lente ampliada do acesso a justiça pela via dos direitos (AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie; GOMES, Lilian C. B.). investigar-se-á temáticas referentes ao acesso à justiça, à jurisdição, à juridicização e os direitos humanos”. Analisar-se-á formas de solução de conflitos (CALVO SOLER, R), problematizando “lugares comuns”, abandonando “confortos” das certezas, enfrentando desafios da tecnologia nas temáticas pesquisadas, para, seguindo os caminhos iniciados em 2007, contribuir efetivamente para as pesquisas com qualidade e voltadas a efetivação do Acesso a Justiça pela via dos Direitos na PPGD UFMG.

BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie; GOMES, Lilian C. B. Cartografia da Justiça no Brasil: uma análise a partir de atores e territórios. São Paulo: Saraiva. 2014.
- CALVO SOLER, Raúl. **Mapeo de conflictos**: técnica para la exploración de los conflictos. Barcelona: Editorial Gedisa, 2014a.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- CAPPELLETTI, Mauro. **Processo, ideologias e sociedade**. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2008.
- ECONOMIDES, Kim. Lendo as Ondas do “Movimento de Acesso à Justiça”: epistemologia versus metodologia? In: PANDOLFI, Dulce at alli. Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999.
- ENTELMAN, Remo F. “Teoria de Conflictos: Hacia un nuevo paradigma”. Barcelona: Gedisa, 2005. (Série P.A.R.C. Fundamentos).
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem Ética? In.: Revista Lua Nova, São Paulo. n.70. pp. 101-138. 2007.
- HEIDERSCHIEDT, Iôni. Educação jurídica para a cultura da paz e as novas diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em direito no Brasil. In. RODRIGUES, Horácio W. (Org). *Educação jurídica no século XXI: novas diretrizes curriculares nacionais do curso de direito – limites e possibilidades*. Florianópolis: Habitus, 2020.
- NADER, Laura, Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29, ano 9, 1994.
- NICACIO, CAMILA. Direito e Mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça.
- O’NEIL, Cathy. Assim os algoritmos perpetuam a desigualdade social. *Portal El País*– 17 abr. 2018. Entrevista concedida da Patrícia Peiró. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/12/tecnologia/1523546166_758362.html. Acesso em: 31.março. 2022.
- O’NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. Nova York: Broadway Books, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma revolução democrática de justiça. São Paulo: Cortez Editora. 2007.
- SENA, Adriana Goulart de; CORRÊA DA COSTA, Mila Batista Leite. *Ensino Jurídico: Resolução de Conflitos e Educação para a Alteridade*. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 56, p. 11-32, jan./jun. 2010.
- SENA ORSINI, Adriana Goulart de. Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça: Efetividade Material e Judicial. In: Dignidade Humana e Inclusão Social: Caminhos para a Efetividade do Direito do Trabalho no Brasil / Adriana Goulart de Sena, Gabriela Neves Delgado, Raquel Portugal Nunes. São Paulo: LTr, 2010.
- ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Anelice Teixeira. **Educação para o acesso à justiça**: a transformação dos paradigmas de solução de conflitos. Revista da Faculdade de Direito. Belo Horizonte, no 69, jul/dez. 2016, p. 21-44.
- WARAT, Luis Alberto. Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou. Florianópolis: BOITEUX, 2004, vol. 2.
- ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism*. Nova York: PublicAffairs, 2019.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

1. ALVES DA SILVA, P. E. Acesso à justiça, litigiosidade e o modelo processual civil brasileiro. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2018. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404718/mod_resource/content/1/ACESSO%20à%20JUSTIÇA%2C%20LITIGIOSIDADE%20e%20o%20modelo%20processual%20civil%20brasileiro.pdf
2. ALVIM, J. E. Carreira. Justiça: acesso e descesso. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 65, 1 maio 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4078/justica-acesso-e-descesso>
3. Arese, C. 2020. *Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur*: Documento de trabajo de la OIT 10 (Genebra, OIT). https://www.ilo.org/global/publications/working-papers/WCMS_757104/lang-en/index.htm
4. Ferraz, Leslie Shériida. Repensando o acesso à Justiça no Brasil: estudos internacionais. / Volume 2– Institutos inovadores / Coordenação [de] Leslie Shériida Ferraz. – Aracaju: Evocati, 2016. https://mestrados.unit.br/ppgd/wp-content/uploads/sites/5/2016/12/Repensando-o-acesso-à-Justiça-no-Brasil_Estudos-Internacionais_Volume-2_final.pdf
5. FRASER, Nancy. Igualdade, identidades e justiça social – Luta de classes ou respeito às diferenças? Le Monde Diplomatique Brasil – 01/06/2012. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/igualdade-identidades-e-justica-social/>
6. LARA, Caio Augusto Souza. Tese de Doutorado. O acesso tecnológico à justiça: por um uso contra-hegemônico do big data e dos algoritmos. <http://hdl.handle.net/1843/DIRS-BC6UDB>
7. MARONA, M. Acesso à qual justiça?: a construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal. Tese de Doutorado. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9M4L5G>
8. SENA ORSINI, Adriana Goulart de; COSTA, Anelice Teixeira da. A arte de ensinar e aprender: construindo caminhos para a reinvenção do ensino jurídico através de uma experiência pedagógica emancipatória de acesso à justiça. In: BORGES, Maria Creusa de Araújo Borges; SANCHES, Samyra Haydêe Dal farra Napolini Sanches (Coords.). Anais do Conpedi. Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos I (Recurso Eletrônico On-line), v. D 598. Florianópolis: Conpedi, 2014, p. 70-99. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=0cb656f78993ef25>
9. SENA ORSINI, A. G; RIBEIRO, Luiza Berlini Dornas. A litigância habitual nos Juizados Especiais de Telecomunicações: a questão do “excesso de acesso”. Ver: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=96b250a90d3cf086>.
10. SENA ORSINI, A. G; REIS PAES LEME, A. C. SALÁRIO MÍNIMO, MÁSCARA E ALQUINGEL: ACESSO AO MÍNIMO OU MÍNIMO DE ACESSO?. **Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 4, n. 2, p. 171-197, 31 ago. 2020. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/32405>
11. SENA ORSINI, A. G; SILVA, L. J. R. Da Escola ao Poder Judiciário: Reflexões Sobre o Bullying Escolar e a Judicialização de Conflitos Infanto-Juvenis. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-026X/2016.v2i1.396>. Revista Cidadania e Acesso à Justiça, 2016, n.1, v.2. <https://www.indexlaw.org/index.php/acessoajustica/article/view/396>.
12. SENA ORSINI, A. G; SILVA, L. J. R. Por uma política pública de acesso à justiça juvenil restaurativa: para além do Poder Judiciário. N. 35 (2016): Volume Especial da Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/68377>.
13. SENA ORSINI, A. G; LARA, C.A.S. O Fenômeno do Big Data e os Pressupostos para uma Nova Onda de Acesso Material á Justiça. DOI: http://dx.doi.org/10.26668/2448-3931_conpedilawreview/2017.v3i1.3676
14. ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto Souza. A justiça restaurativa: uma abrangente forma

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- de tratamento de conflitos. <https://vlex.com.br/vid/restaurativa-abrangente-tratamento-536426998>
15. ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto Souza. DEZ ANOS DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO BRASIL: A AFIRMAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E ACESSO À JUSTIÇA. Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. 2013. <http://bd.tjmg.jus.br/jspui/handle/tjmg/579>
 16. Série PENSANDO O DIREITO-Observatório do Judiciário. <https://static.scielo.org/scielobooks/rrwrz/pdf/sanches-9788579820175.pdf>
 17. SILVA, N. F. Da mediação voltada à cidadania às essencialidades da atuação do mediador: a Independência, a Equidistância e o Não-Poder Dissertação de Mestrado. 2013, <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9CKK5P>
 18. SILVA N. F. Tese de Doutorado. Diálogo dos excluídos: a mediação social informativa como instrumento de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil. 2017, <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-ASPFJR>
 19. SILVA, L. J. R. Acesso à justiça juvenil e mapeamento de conflitos no direito da criança e do adolescente: diálogo internacional e novas designações à luz da política pública de justiça juvenil restaurativa do município de San Isidro Argentina. Dissertação de Mestrado. PPGD UFMG. Orientadora: Adriana Goulart de Sena Orsini. 2017. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AYVN39> Acesso em 03.abr.22.
 20. SOUSA Jr., José Geraldo. Por uma concepção alargada de Acesso à Justiça. Revista Jurídica da Presidência. v. 10, n. 90 (2008). <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/223>

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

DOCUMENTÁRIOS

1. A 13ª Emenda - Netflix
2. O mundo global visto do lado de cá - Milton Santos. <https://www.youtube.com/watch?v=5Qwg8Y0SDDY>
3. Roda Viva - Milton Santos. <https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>
4. Por uma outra Globalização. <https://www.youtube.com/watch?v=sdSwEezXrAk>
5. Pela mão de Alice. <https://www.youtube.com/watch?v=5yqQ9n2nhgE>
6. O Dilema das Redes - Netflix
7. Humans Need Not Apply <https://www.youtube.com/watch?v=xEwtM0pKOV0> (em inglês)
8. Privacidade Hackeada - Netflix

FILMES

1. Que horas ela volta - Netflix
2. Parasita - Netflix
3. Normadland - Netflix
4. Ataque de cães - Netflix
5. Não Olhe para Cima - Netflix



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito